

DATA-BASE 2021

Campanha Salarial cobra valorização do servidor público

STU convoca Assembleia Geral Virtual para 23/02, às 10h, para discutir indicativos do Fórum das Seis

Nossa Campanha Salarial 2021 vai começar e nossa pauta principal será a valorização do servidor público, a garantia de reposição salarial, a discussão dos parâmetros do plano de retomada ao trabalho presencial e a vacina para as comunidades acadêmicas.

Para discutir todos os indicativos do Fórum das Seis, dia 23/02, às 10h, teremos nossa Assembleia Geral Virtual.

Esse é o primeiro passo rumo à construção da nossa Pauta Conjunta. Estamos sem reajuste salarial desde maio/2019, por isso, é fundamental que você participe da assembleia que vai apontar as diretrizes que vamos seguir.

A valorização dos funcionários da Saúde, que estiveram na linha de frente de combate à Covid-19 arriscando suas vidas para salvar as nossas, há quase um ano, deve ser priorizada também.

Estamos ainda num momento delicado da pandemia e precisamos nos esforçar para garantir nossa organização e unidade mesmo virtualmente.

Defesa do Serviço Público

O STU aposta na luta dos nossos interesse, mas não ignora a importância do enfrentamento aos ataques em curso contra o serviço e os servidores públicos.

Defendemos a inclusão na Pauta Conjunta do Fórum das Seis as bandeiras que garantam melhor qualidade de vida e de trabalho para todos os trabalhadores, não só da Educação.

Arrocho salarial

Um estudo da Adusp aponta que o ICMS subiu e o comprometimento com salários nas universidades paulistas ano passado foi o menor dos últimos anos.

Os números mostraram que o arrocho imposto em 2020 pelos reitores não faz sentido, pois havia margem financeira para negociação salarial.

Ainda que as Universidades justifiquem cumprir a Lei Complementar 173 do Bolsonaro para não conceder reajuste, há uma decisão favorável do Tribunal de Justiça de São Paulo, em relação à USP, que faculta ao reitor a decisão de seguir ou não por não estar submetida a essa legislação. Decisão que pode ser estendida às demais universidades paulistas.

Esse ano será de muito embate e teremos que resistir porque sabemos,

mais uma vez, que o problema não é a falta de dinheiro, mas a política de desmonte do serviço público.

Defesa do Serviço Público

Nossa assembleia também elegerá os delegados para a Plenária Virtual da Fasubra, que será realizada entre 11 e 13/03, das 14h às 18h.

Na pauta da Fasubra estão previstas discussões sobre Conjuntura e Estado de Greve; PEC Emergencial; Reforma Administrativa; Campanha Salarial das Universidades Públicas; análise dos riscos do retorno do trabalho presencial entre outros temas.

Combate à política genocida de Bolsonaro

Antes da pandemia a Fasubra denunciava os ataques contra o Serviço Público, em especial às Universidades patrocinadas pelo governo genocida de Bolsonaro. Agora mais ainda!

Nesta data-base o STU defende uma pauta ampliada para reforçar a luta contra essa política de destruição e fortalecer a defesa e valorização dos servidores e servidoras. Isso inclui:

Uma **agenda de lutas contra a Reforma Administrativa**, que prevê o desmonte do serviço público, precariza o trabalho da maioria das categorias de serviços essenciais e atinge o funcionamento de diversas áreas, prejudicando diretamente os usuários dos serviços.

A **volta do pagamento do Auxílio Emergencial**, suspensão no fim de 2020, para garantir renda para a população pobre vítima da crise sanitária e econômica criada pela inércia do governo.

Revogação da Lei Complementar 173/2020 e da Emenda Constitucional 95,

que congela até dez/2021 os salários dos servidores e proíbe a ampliação dos quadros, gratificações, adicionais por tempo de serviço e outros cortes, piorando a qualidade de vida do funcionalismo.

Fim dos descontos adicionais nas aposentadorias e pensões impostos injustamente pelo governo Doria aos aposentados estaduais que, recebem um salário mínimo nacional até o teto do INSS, por já terem contribuído a vida inteira com o Estado.

Quebra de patentes dos imunizantes contra à Covid-19 para garantir a produção e/ou acesso igualitário às vacinas por países pobres, da mesma forma que ocorre com os países ricos.

Derrubada da Autonomia do Banco de Central por representar um risco à democracia e a soberania monetária nacional. Ao entregar o banco responsável por regular e supervisionar todo o sistema financeiro ao controle daqueles que ele deveria fiscalizar: os bancos.

Movimentos Populares apontam manifestação pela #VacinaJá, #VoltaAuxílioEmergencial e #ForaBolsonaro

As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo estão organizando um calendário de lutas, nos meses de fevereiro e março, com carreatas, bicicletadas, atos simbólicos e ações nas redes sociais em defesa da vacinação para todos, do do Auxílio Emergencial e pelo impeachment do Bolsonaro.

A intenção é retomar as manifestações pelo “Fora Bolsonaro e Mourão”, que já provaram ser incapazes de tirar o país da crise sanitária, política e econômica que eles nos enfiaram.

Dia 20/02 haverá ato em todo o país e 21/02 teremos carreata e bicicletada.

As manifestações são apoiadas pela

Fasubra, Fórum das Seis e diversos movimentos sindicais e populares.

Somente unidos e organizados na luta contra Bolsonaro e Mourão que iremos salvar o país da crise e da pandemia do Coronavírus.

Participe dessas manifestações em defesa da vida!

STU vai cobrar dos reitoráveis compromisso com a pauta da categoria

A Secretaria Geral confirmou as candidaturas dos professores Sérgio Sales-Filho, Antonio José de Almeida Meirelles (Tom Zé) e Mário Saad para a reitoria da Unicamp.

A votação eletrônica será dias 10 e 11/03 (1º Turno) e 24 e 25/03 (2º Turno).

Ano passado o STU tentou organizar uma sabatina com os reitoráveis que não aconteceu por conta da agenda deles.

Dia 22/02 tem debate com a participação das entidades e da comunidade universitária.

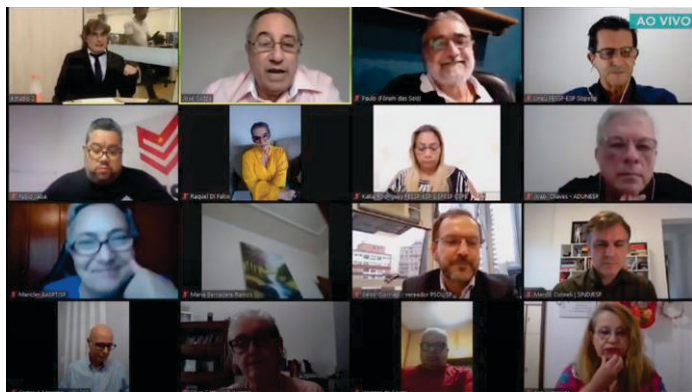
O momento será oportuno para questionarmos o compromisso com a defesa do SUS e do Serviço Público e de valorização do funcionalismo.

Nossa Assembleia Virtual, 23/02, às 10h, discutirá as pautas que apresentaremos aos reitoráveis. Os pontos centrais são: Reestruturação da Carreira, fim do Ponto Eletrônico,

eleição direta nos Departamentos de Enfermagem do Caism e HC, Concurso Público, Autarquização da Área da Saúde, compromisso de aceitar ser reitor somente se for o primeiro da lista, entre outros.

Historicamente, o STU é contra a falta de paridade na consulta, que privilegia os votos dos docentes em detrimento dos funcionários e estudantes, que também constroem essa Universidade.

Ato em defesa dos servidores aposentados e pensionistas reúne entidades sindicais e parlamentares que são contra o confisco imposto pelo Doria



Ato em defesa dos aposentados e pensionistas

Quinta-feira passada (11/2) o deputado Carlos Giannazi (PSOL) promoveu, na Assembleia Legislativa paulista, um ato solene em defesa dos servidores aposentados e pensionistas estaduais vítimas de descontos adicionais impostos por Doria.

O deputado é autor do Projeto de Decreto Legislativo 22/2020 que busca

grandes dívidas acumuladas pelo empresariado que são perdoadas pelo Estado.

O projeto já foi aprovado pelas comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Finanças, Orçamento e Planejamento e de Administração Pública e Relações do Trabalho da Assembleia Legislativa e recebeu uma

barrar esse confisco desumano jogado em cima daqueles que contribuíram a vida toda para garantir o serviço público de qualidade. São seres humanos que agora recebem de um salário mínimo nacional até o teto do INSS, ou seja, muito pouco perto das

emenda no fim do ano, considerada por Gianazzi como uma manobra para barrar o avanço da proposta.

Justiça já vetou o confisco

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu, em 15/9/2020, liminar suspendendo a cobrança sobre o que ultrapassar o valor do salário mínimo, mantendo o desconto apenas sobre o valor das aposentadorias e pensões que exceder o valor do teto de benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social.

Várias ações sobre este teor ajuizadas por entidades sindicais que compõem o Fórum das Seis continuam tramitando, mas essa liminar tem o poder de ser estendida a todas as categorias do funcionalismo paulista.

Uma coisa é certa a mobilização das entidades vai continuar até que esse confisco descabido seja derrubado.